

Transformações Territoriais na Bolívia: um novo triângulo Estratégico?

Matheus Hoffmann Pfrimer¹
Antônio Marcos Roseira²

1. Introdução.

Desde a década de 1930 o Marechal Mário Travassos afirmava que a área situada entre as cidades de Santa Cruz de La Sierra, Cochabamba e Sucre tinha uma importância estratégica onde se contrapunham interesses brasileiros, argentinos e andinos. Este espaço era considerado fundamental para as pretensões brasileiras e argentinas em relação à supremacia geopolítica no subcontinente. Por várias gerações essa concepção influenciou não apenas o pensamento geopolítico brasileiro como também o sul-americano.

A partir de 1970, a Bolívia passou por grandes transformações territoriais promovidas não apenas pelas políticas territoriais do regime militar, mas também por influências dos jogos geopolíticos entre Brasil e Argentina no período de contenção. Em um momento de grande efervescência geopolítica, surgiram diversas teorias afirmando que a Bolívia seria o *Heartland* sul-americano. Após a redemocratização dos países sul-americanos e a passagem da geopolítica de contenção para a de integração, esse contexto se modificou. Porém, a afirmação de que a Bolívia se constitui no *Heartland* sul-americano foi mantida como uma das máximas expressões do pensamento geopolítico contemporâneo na América do Sul. Diante desse cenário, vários questionamentos vêm à tona: a) O “triângulo estratégico” boliviano seria apenas uma concepção teórica ou os discursos geopolíticos a respeito do mesmo teriam influenciado a prática geopolítica a tal ponto de realmente materializá-lo no território? b) Se realmente o “triângulo estratégico” é algo concreto, seria ele exatamente como apresentado nos discursos geopolíticos ou as transformações territoriais bolivianas o teriam re-transformado? c) Pode-se afirmar que “triângulo estratégico” boliviano é o *Heartland* sul-americano ou trata-se apenas de uma categoria criada dentro do pensamento geopolítico sul-americano “vulgarizando” o conceito criado por Halford Mackinder?

O presente trabalho visa, inicialmente, contrapor o discurso geopolítico sul-americano, no que concerne o conceito de “triângulo estratégico” boliviano, à prática geopolítica sul-americana. Outro objetivo deste estudo é avaliar as transformações territoriais bolivianas a partir dos anos 50 e suas implicações para a área do “triângulo estratégico” boliviano, discutindo a sua materialidade no território. Por fim, o estudo visa avaliar no contexto sul-americano se o território boliviano se constitui no *Heartland* e qual a sua importância para a geopolítica de integração.

¹ Doutorando em Geografia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP) – matheuspfrimer@hotmail.com.

² Doutorando em Geografia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP) – roseira@usp.br.

2. O heartland mackinderiano: entre a posição e a articulação.

O famoso artigo *The Geographical Pivot of History*, de Halford Mackinder, está certamente entre os mais polêmicos, incompreendidos e mal interpretados textos publicados no século XX. Desde a sua divulgação em 1904 no prestigiado periódico inglês *The Geographical Journal*, tem influenciado muitos geógrafos, cientistas sociais, políticos e militares, sendo que o seu poder imaginativo continua despertando paixão e aversão, mesmo ainda nesse início de terceiro milênio.

Centrados nas teses mais polêmicas defendidas por Mackinder no breve e denso texto, o que poucos pesquisadores discutem é a natureza epistemológica bem como as raízes do modo analítico mackinderiano. *The Geographical Pivot of History* gerou inúmeras análises ao longo da história, mas pouquíssimas delas realmente se preocuparam em ultrapassar um olhar enviesado, viciado em discussões que se submetem ao enfadonho jargão *determinismo geográfico*.

Existe um “realismo” muito sofisticado - e em decorrência disso, perigoso - presente na concepção de Halford Mackinder acerca do poder dos Estados num mundo em transformação. O suposto determinismo geográfico presente no artigo como dimensão indissociável do Poder, funciona como uma espécie de canto da sereia, que atrai tanto detratores quando admiradores de sua abordagem, gerando muito mais confusão do que esclarecimento.

Entretanto, devemos admitir que uma das principais influências de Mackinder, o respeitado militar norte-americano Alfred Mahan, não apresentava a mesma sofisticação referente a imaginação geográfica. Embora o influente conceito de poder marítimo esteja na base de grande parte das teorizações em Geografia Política, a tese de Mahan é muito mais geo-histórica do que propriamente geográfica.

Mackinder é antes de tudo um geógrafo, sendo impossível interpretá-lo ignorando a epistemologia desse campo do conhecimento. Não se trata aqui de uma tentativa de apropriação de uma teoria que é em essência trans-disciplinar. Ao contrário, os maiores desacertos em relação aos conceitos de Mackinder encontram-se justamente no fato de muitos estudiosos ignorarem a sua base conceitual, preferindo discutir as polêmicas geradas pelo seu artigo.

Ora, antes de qualquer oposição simplória de um confronto entre poder marítimo e poder terrestre, o que mais chamava a atenção de Mackinder era justamente a lógica de organização do espaço mundial. A interpretação da conjuntura política internacional se dava pela compreensão de um amalgama espacial, cuja oposição poder marítimo versus poder terrestre era a expressão mais visível de organização e projeção do Poder em escala regional e internacional.

Não jamais ser esquecido que as bases estabelecidas por Alexandre von Humboldt e Carl Ritter estão sobremaneira presentes nas teorias geográficas do final do século XIX e início do século XX. Mackinder, assim como Ratzel, Hettner, Reclus, Semple, dentre muitos outros, faziam uma geografia baseada na relação entre sociedade e meio, pautados numa perspectiva cosmogônica cujas heranças estão no pensamento kantiano. O filósofo alemão, em seu curso de Geografia ministrado durante várias décadas, propunha uma Geografia Física, cujo significado não se esgotava na natureza, mais numa relação indissociável entre sociedade e espaço.

Carl Ritter e Alexandre von Humboldt compartilhavam dessa forma de buscar compreender uma “totalidade do mundo”, isto é, as forças que em interação são responsáveis pela organização social. Não se tratava apenas da consideração da imposição de forças naturais sobre a sociedade, mas, além disso, da compreensão de

uma interação entre sociedade e espaço. Para a geração seguidora de von Humboldt e Ritter, a formação social já pressupõe a indissociabilidade entre sociedade e espaço.

Richard Hartshorne (1939) afirma que uma das grandes tentativas de afirmação da Geografia foi a concepção de uma ciência da relação entre a sociedade e o meio. Hartshorne afirma que um grande exemplo dessa concepção foi o pensamento ratzeliano presente na Antropogeografia e que se espalhou para outros países, como os Estados Unidos, onde Ellen Semple é um dos maiores nomes de uma Geografia da relação entre sociedade e o meio natural.

Esse paradigma enfrenta uma equação muito delicada, pois um grande desafio dos estudos geográficos com essa perspectiva é mensurar a interação entre sociedade e o meio sem assumir uma postura determinista. Por outro lado, na tentativa de escapar do determinismo, muitos geógrafos fazem História, Antropologia, Sociologia, estando muito longe trabalhar com uma metodologia explicitamente geográfica.

Talvez Mackinder esteja entre os poucos a conseguirem esse equilíbrio, a medida que seu raciocínio é assumida e explicitamente espacial, sem no entanto submeter a sociedade a geografia. Mackinder faz um estudo que concebe de forma indissociável, a relação entre a sociedade, a história e as condições geográficas. Afirma que os acontecimentos históricos, envolvendo a civilização europeia e outras civilizações rivais, são organizados a partir de uma relação inseparável com a Terra.

Nessa perspectiva “organicista” que remonta a idéia de organismo presente em geógrafos como Alexandre von Humboldt, Carl Ritter, Alfred Hettner e Friedrich Ratzel, Mackinder analisa a história política europeia por meio de uma relação complexa entre as condições naturais, como rios, bacias hidrográficas, cadeias de montanhas, estepes, desertos, etc., os grandes conflitos que contribuíram para um determinado nível de coesão europeia e o seu poder sobre várias regiões do mundo, a partir da que define como Era Colombiana.

Não há como negar a existência de uma teleologia em Mackinder. O geógrafo procura mostrar que grandes eras históricas estão “organicamente” conectadas com fatores físicos (naturais) de diversas regiões. Porém, o tão malfadado organicismo presente na Geografia Política é mais uma metáfora de uma pretensa totalidade do que uma transposição direta do raciocínio biológico, tão em voga durante o desenvolvimento da Geografia Moderna. Alfred Hettner, um dos mais influentes geógrafos alemães do início do século XX sintetiza perfeitamente essa obsessão geográfica por uma totalidade analítica:

“Reality is simultaneously a three dimensional space, which we must examine from the three different points of view in order to comprehend the whole; examination from but one of this points of view alone is one-sided and does not exhaust the whole. From one point of view we see the relations of similar things, from the second the development in time, from the third the arrangement and division in space. Reality as a whole cannot be encompassed entirely in the systematic sciences, sciences defined by the objects they study, as many students still think. Other writers have effectively based the justifications for historical sciences on the necessity of a especial conception of development in time. But this leaves science still to dimensional, we do not perceive it completely unless we also consider it from the third point of view, the division and arrangement in space” (Hettner in: Hartshorne, 1939, p. 140).

De maneira implícita, essas três dimensões estão presentes na teoria de Mackinder. A organização do espaço mundial a partir da oposição entre poder marítimo

e poder terrestre parte do princípio de uma relação entre os elementos de circulação territorial, o seu desenvolvimento no tempo e, por fim, o seu arranjo e divisão no espaço geográfico.

Nessa perspectiva, Mackinder faz uma grande periodização em seu artigo, buscando abranger os diferentes equilíbrios de poder existentes ao longo da história concernentes a civilização europeia e o mundo que a cerca. É nessa perspectiva que o geógrafo define duas grandes eras: a *Era Colombiana* que se caracteriza pelo período das grandes navegações, das grandes descobertas e da expansão do poder da Europa sobre o restante do mundo; a *Era Pós-Colombiana*, marcada pelo fim das grandes descobertas a partir de 1900 e com a inédita condição em que todos os lugares do mundo eram apropriados e dominados por alguma civilização.

Nesse sentido, Mackinder faz uma comparação, em termos de condições naturais, entre a Europa e a Ásia, afirmando que enquanto o continente europeu caracteriza-se por uma grande fragmentação interna a partir da separação imposta pelo clima, pelas montanhas e pelas florestas, o continente asiático caracteriza-se por constantes unificações impulsionadas por grandes impérios devido ao facilitador das condições naturais proporcionadas pelas vastas planícies.

O pivô geográfico (ou o heartland) definido por Mackinder ocupa a maior parte do continente euro-asiático e caracteriza-se como um vasto sistema de bacias hidrográficas, planícies, pântanos e estepes. A maior parte do solo, formado por uma grande estepe, possui as condições para manter uma esparsa, mas considerável população de nômades que se deslocavam século no passivo por meio do cavalo ou do camelo. Essa área possui em torno de 21.000.000 de quilômetros quadrados e foi segundo Mackinder, a grande responsável pela coesão política na Europa durante a Idade Média.

Mackinder salienta que durante a Idade Média, o continente europeu fora açoitado ao norte pelas levadas de bárbaros escandinavos e pelo leste por imensas hordas de mongóis e nômades que ameaçavam o mundo cristão. As cruzadas foram um grande movimento de coesão continental que amenizou os grandes conflitos internos na Europa e ao mesmo tempo permitiu uma autoridade católica supra-estatal sobre todo o continente contra o mundo exterior não cristão. Assim sendo, num primeiro momento o pivô geográfico funcionou como uma grande força externa de coesão interna do continente europeu.

Não é por acaso que os grandes conflitos internos e o forjamento dos grandes impérios europeus, a começar pela Dinastia Hasburgo (1519 – 1659), coincidem com a Era Colombiana. Formada por um conjunto fragmentado de coroas, segundo Paul Kennedy (1989) a Dinastia Hasburgo demonstra a primeira grande busca por uma constituição de um império continental europeu. Por outro lado, é na Era Colombiana que a Europa começa consolidar relações e estabelecer controle sobre civilizações exteriores.

Mackinder afirma que a revolução da navegação e a descoberta da passagem de Boa Esperança permitiram que os povos europeus avançassem sobre regiões ao redor do continente asiático, forçando os povos do pivô geográfico a deixarem de exercer as influências que historicamente exerciam sobre todo o continente. Os navios da Era Colombiana vão até as bordas da Eurásia, fazendo uma grande oposição as civilizações do camelo e do cavalo.

A constituição de bases insulares no *anel exterior* que é formado por Japão, América do Norte, África do Sul e Austrália forma o grande alicerce da civilização europeia fora do continente europeu. Sem a sombra das grandes civilizações inimigas e com a expansão do capital, da técnica e da força bélica, as principais potências

européias, cujos poderes naval e marítimo formavam uma das pilastras centrais desse poder, expandiram o seu controle para vastas regiões do planeta.

Mackinder afirma que o mesmo século que vê a consolidação do mundo conquistado pelos europeus assiste a unificação territorial efetuada com grande sucesso pela Rússia. A construção de estradas de ferro no século XIX faz com que todo o território russo, de Moscou a Sibéria, seja controlado por um Estado central. O avanço da agricultura sob os czares permitiu a ocupação de várias regiões: o desmatamento de vastas florestas, a drenagem de pântanos, a ocupação de terras nômades proporcionou a Rússia o controle de um território que nenhum país do mundo havia isoladamente controlado.

Segundo Mackinder, a Era Pós-Colombiana, que durou quatrocentos anos e terminou em 1900, seria marcada pelo fim das grandes descobertas e pelo controle de todos os lugares existentes no planeta. *In 400 years the outline of the map of the world has been completed with approximate accuracy, and even in the polar region the voyages of Nansen and Scott have very narrowly reduced the possibility of dramatic discoveries* (Mackinder, 1904, p. 01).

Portanto, um dos principais objetivos da conferência dada por Halford Mackinder era discutir a configuração e o controle do espaço mundial no limiar do século XX. Num intenso diálogo com o conceito de poder marítimo de Mahan, o geógrafo inglês defendia que a consolidação do território russo num período de apogeu do poder europeu sobre o mundo significava um prenúncio de um novo tempo. O Heartland assume um novo significado, onde seu papel principal incide sobre a capacidade de articulação no continente euro-asiático.

Novamente a concepção de Heartland articula dois princípios fulcrais na Geografia Política: posição e articulação. Se o Heartland fora a posição central que opunha modelos opostos de civilização na Idade Média, no limiar do século XX distingue-se por sua capacidade de integração de uma imensa massa continental euro-asiática. Mackinder buscava elucidar o novo arranjo do poder no território em escala planetária a partir da formação de um gigantesco poder terrestre.

Cabe ressaltar que Heartland não é sinônimo de área estratégica. Muitos geógrafos, geopolíticos e militares reduzem toda teoria de mackinderiana a concepções rasas acerca de áreas estratégicas. O Heartland de Halford Mackinder não se define apenas pelo seu poder de articulação territorial, mas também por sua posição no centro de uma grande massa continental.

Esse centro continental é fundamentalmente um núcleo de poder político, econômico e militar cuja integração com o restante do continente asiático significaria a formação de uma vasta rede territorial. Essa rede territorial por sua vez conformaria um grande bloco, isto é uma grande região hegemônica pelo poder central. Dessa forma, seria possível pensar na existência de uma Heartland desprovido de um poder político, econômico e bélico articulador?

3. Um triângulo estratégico sem a “magia” do *heartland*.

A influência das teorias geopolíticas produzidas na Europa e nos Estados Unidos não tardou a penetrar nos meios militares dos países sul-americanos. Ainda na primeira metade do século XX, grande parte das Forças Armadas do sub-contidente recebia treinamento de oficiais estrangeiros, principalmente alemães e franceses. Portanto não era de se estranhar que teorias como as de Mackinder, Haushofer, Ratzel entre outros fizessem parte do *milieu* da reserva. Não foi por acaso, que as nascentes idéias da geopolítica clássica foram acolhidas com grande entusiasmo (Kelly, 1997).

Naturalmente, o próprio contexto sul-americano se constituía em um campo fértil para a utilização de uma “geopolítica aplicada”, uma vez que desde o início da era colombiana, o embate entre portugueses e espanhóis se tornou o cerne da organização do espaço colonial. Posteriormente, a disputa entre Brasil e Argentina pela hegemonia sul-americana entrou em cena e ampliou ainda mais o compasso de oportunidades para aplicação dos postulados geopolíticos, ainda mais durante os anos 60 e 70, quando as duas semi-potências passaram a disputar o status de *key country*³ americano para a América do Sul.

A excitação geopolítica dos meios militares daquele período pode ser inicialmente expressa pela modificação do nome da obra de Travassos entre a primeira e a segunda edição. A primeira edição, de 1930, se chamava “**Aspectos Geográficos Sul-americanos**”, um nome bem atenuado para o posterior, “**Projeção Continental do Brasil**”, edição 1935. Literariamente, esse título expressa bem o que cartograficamente a geopolítica daquele período representou a partir de uma série de setas partindo do Brasil em direção ao território de seus vizinhos: o expansionismo brasileiro.

A obra foi recebida com grande entusiasmo pelos meios políticos daquele período. No prefácio da primeira edição, ainda com o nome “Aspectos Geográficos Sul-americanos”, João Pandia Calogeras⁴ (primeiro ministro da Guerra no Brasil) afirma sobre o livro: “Leiam-no os estudiosos, os que têm responsabilidade de governo. Como eu, ao finalizar, o releerão. Nele todos os homens de boa fé acharão o que aprender”(Travassos, 1935, p. 8). Na segunda edição da obra, já com o nome como é mais conhecida, os editores afirmam que o importante diplomata e escritor brasileiro Ronald Carvalho classificou a obra de Travassos de “o primeiro ensaio geo-político do Brasil” (Travassos, 1935, p. 11). As afirmações acima comprovam o entusiasmo como a obra foi acolhida naquele período implicando não somente em um plano teórico, mas principalmente empírico por parte das políticas territoriais brasileiras.

Em sua obra, Travassos visa especialmente fazer uma síntese dos aspectos fisiográficos sul-americanos. Ressalta, por um lado, os antagonismos entre o Atlântico e o Pacífico, de outro os antagonismos entre Bacia do Prata e Bacia Amazônica. Nesse contexto, o antagonismo mais evidente era esse último. A disputa pela hegemonia no subcontinente possuía seu ponto de tensão mais impetuoso, na disputa entre Brasil (influências amazônicas) e Argentina (influências platinas). O autor ressaltava a vantagem da rede ferroviária argentina - que ligavam Buenos Aires via La Paz até os portos do Pacífico - sobre as a rede de conexões brasileiras. Cabia à antiga colônia portuguesa então reverter esta situação.

Diante desse cenário, o planalto boliviano se tornava o ponto fulcral das tensões no continente sul-americano, uma vez que nele se espalhavam as influências da vertente do Pacífico, as amazônicas e as platinas. Travassos afirmava que “a chave desse problemas se encontra no chamado triângulo econômico Cochabamba-Santa Cruz de La Sierra-Sucre, verdadeiro signo da riqueza boliviana” (1935, p. 41). Na geometria enfiada por essa disputa, Cochabamba até aquele momento se constituía num *pseudo* principal vértice do triângulo devido a sua posição central no território boliviano e as redes de transporte das quais dispunha. Porém o Brasil podia sair em vantagem caso, desdobrasse as influências amazônicas sobre Santa Cruz de La Sierra, para convertê-la no principal centro do triângulo estratégico; e isso se daria pelas possibilidades viatórias concedidas pela rio Madeira, a partir da construção da ferrovia Madeira-Mamoré, e da ligação de Corumbá à Santa Cruz de La Sierra – que permitiria a satelitização via o

³ Aliado regional americano na política externa implementada por Henry Kissinger.

⁴ Foi ainda ministro da Fazenda e da Agricultura.

porto de Santos. Para o militar brasileiro esta cidade boliviana se constituía no “notável *carrefour* econômico no centro do continente” (Travassos, 1935, p. 85)

Fica evidente ao longo do livro que a preocupação de Travassos era justamente apresentar através de que meios podia-se levar adiante a integração sul-americana sob a liderança brasileira e principalmente de que vantagens fisiográficas a antiga colônia portuguesa possuía a seu favor nessa empreitada. Nesse sentido a idéia de triângulo boliviano claramente remetia às preocupações com a instabilidade e as tensões entre Brasil e Argentina. Em momento algum o autor se refere à idéia de *Heratland* ou *Pivô Geográfico da História*. Talvez a única passagem que tenha sido mal interpretada posteriormente é aquela em que o marechal brasileiro afirmava a força coordenadora do Brasil em direção longitudinal no território sul-americano:

“Em primeiro lugar, as grandes linhas de massa continental - as cumiadas dos Andes dividindo-a em duas vertentes, a vertente de leste trabalha pelos compartimentos de duas imensas bacias – a do Amazonas e a do Prata. Em seguida, o fato dessa duas bacias se encontrarem num sorte de *pivot* [*grifos nossos*], emergindo das formações da Cordilheira – o planalto boliviano – a partir do qual as caudais daquelas bacias se colocam em verdadeiramente em antagonismos” (Travassos, 1935, p. 147).

O uso da palavra *pivot* deve ser interpretada no contexto do parágrafo e do livro, nesse sentido ela **não** faz referência ao Pivô Geográfico da História de Mackinder, mas sim ao fato do planalto boliviano se constituir numa área de ligação entre a Bacia do Prata e Amazônica. Porém devido ao entusiasmo geopolítico do período subsequente quando da ascensão dos regimes militares, o triângulo boliviano de Travassos, passaria do status de ponto de tensão para o de *Hertland* sul-americano.

Ainda em um período próximo ao vivido pelo autor, outro militar, o Major-Brigadeiro Lysias Rodrigues desenvolveu os postulados implícitos em “**Projeção Continental do Brasil**”. A partir da leitura desta obra, Rodrigues apresentou o conceito de *punctum dolens*, ou seja, pontos de tensão entre forças antagônicas em território sul-americano. Esses pontos seriam três: a região da tríplice fronteira em Iguazu, a tríplice fronteira entre Brasil, Equador e Peru, e finalmente, o triangulo boliviano. Para o brigadeiro, o *punctum dolens* da Bolívia é o que possui a maior tensão no continente e portanto deve ser alvo do empenho brasileiro a finalização da ferrovia Brasil-Bolívia, de forma a contrapor a influência argentina (Rodrigues, 1947, p. 65). A concepção de Rodrigues expressa bem aquela contida na obra de Travassos escrita 17 anos antes. O triângulo boliviano representa uma área estratégica para a integração sul-americana, local onde interesses brasileiros e argentinos, visando a hegemonia sul-americana, se chocam frontalmente. Portanto, a idéia de Rodrigues é semelhante à de Travassos e em nenhum momento, o brigadeiro se refere às idéias *mackinderianas*.

A distorção da idéia de triangulo boliviano ocorreria mais precisamente em um período posterior, durante a ascensão dos regimes militares na América do Sul. Foi exatamente neste período em que a aplicação dos postulados geopolíticos se “vivificaram” saindo dos livros e escritos para as políticas e projetos nacionalistas. Uma boa parte dos principais autores geopolíticos desse período fez parte dos governos militares como Golbery do Couto e Silva, ocupando três ministérios no Brasil; Augusto Pinochet Ugarte sendo presidente no Chile e Juan Enrique Guglielmelli, dirigindo a Agência Nacional de Desenvolvimento da Argentina.

Essa “Geopolítica Aplicada” no contexto sul-americano pôde ser consubstanciada, segundo Kelly, a partir de vários fatores como: a) a reputação geral da

Geopolítica na América do sul é considerada como boa; b) a Geopolítica é lecionada em muitas escolas públicas e privadas, e na maioria das Academias Militares; c) uma boa parte dos renomados geopolitólogos sul-americanos foram ou ainda são influentes na política de seus países; d) muitas facetas da política externa sul-americana parecem corresponder (...) ao formato das teorias geopolíticas (Kelly, 1997, p.13 e 14). Hepple (2004, p. 359-360) caracteriza a geopolítica sul-americana da mesma forma que Kelly. Segundo Hepple “a popularidade da Geopolítica na América Latina se baseou na história política dos países e suas relações internacionais. A emergência de estados independentes das antigas colônias portuguesa e espanhola deixou um sério legado de disputas fronteiriças...” (2004, p. 360).

A primeira aparição de uma reconceitualização dos postulados de Travassos apontando em direção do conceito de *Hertland* foi proporsto pelo professor de História do Brasil na Universidade americana de Creighton, Lewis Tambs. Este autor fortemente influenciado pelas idéias de Mackinder sobre o Pivô Geográfico da História, passa a estudar a História Latino-americana a partir das teorias geopolíticas. Transpondo o “teorema” de Mackinder para o contexto sul-americano, Tambs chega à conclusão que: “Quem controla Santa Cruz comanda Charcas. Quem controla Charcas comanda o *heartland*. Quem controla o *heartland* comanda a América do Sul” (Tambs, 1965, p. 34 e 35).

Porém a grande pergunta é saber como Tambs chegou a essa conclusão. Quais são os fatos que dão sustentação a tal analogia? Em segundo lugar, partindo do pressuposto de que quem controla o *heartland* comanda a América do sul, cabe se questionar por que a Bolívia não se tornou a grande potência sul-americana, mas sim perdeu 53% do seu território original? Tambs tenta resolver esse *imbróglio* afirmando que “a história mostrou a importância dessa região durante os impérios pré-colombianos Aymara e Inca e mais tarde durante a colonização espanhola quando o *altiplano* e Charcas era centros de poder. O Alto Peru permaneceu o centro nervoso do poder espanhol na América do sul até o fim do Império espanhol” (Tambs, 1965, p. 37). Porém a importância dessas áreas era um legado da era do transporte animal, o mundo baseado no uso de cavalos e lhamas, e não naquele do barco a vapor e do transporte ferroviário. Após a independência e surgimento do estado boliviano “o *rimland* sul-americano cercou Charcas. Sob a falta de liderança boliviana, o *heartland* não teria mais força para agir, mas sim ser coagido. Visto como a luta pelo *heartland de Charcas*, a história sul-americana do século XIX e XX, com exceção da sua parte setentrional, se torna inteligível” (Tambs, 1965, p. 37-38).

Outro ponto importante é a diferenciação dos conceitos de triângulo estratégico de Travassos e o de *Hertland* de Charcas. Para Tambs, “o *Heartland* de Charcas [se referindo ao triangulo estratégico], compacto, localizado centralmente, rico em recursos, com clima temperado, imune aos ataques marítimos, dominando a nascente dos dois maiores bacias do continente – o Amazonas e o Prata – bem como controlando as retas e diagonais rodovias transcontinentais, preenche todos os requisitos de uma *área pivô [grifos nossos]*” (Tambs, 1965, p. 34 e 35). Pela conceitualização final, Tambs confunde o conceito de *Pivô Geográfico da História* de Mackinder com o conceito de área estratégica. Mesmo em relação a Travassos, o seu conceito parece distorcer a idéia contida no conceito de triângulo boliviano, que diz respeito a uma zona de confronto e tensões entre a Argentina e Brasil.

De 1965 até 1980, Tambs publicou vários artigos em português e espanhol, 2 deles na bíblia da geopolítica alemã, a revista *Zeitschrift für Geopolitik*. A divulgação dos escritos de Tambs vulgarizou o conceito de *Heartland*. Mesmos geopolitólogos bolivianos passaram a acreditar realmente que seu país era o *heartland*. Essa

vulgarização de conceitos da geopolítica clássica no contexto sul-americano se espalhou pela literatura acadêmica do continente, assim como pelos discursos do poder utilizados para justificar ações empíricas das políticas territoriais dos Estados. Um exemplo disso pode ser notado nos escritos subsequentes de vários geopolíticos sul-americanos importantes; o general brasileiro Golbery do Couto e Silva criou o conceito de *área de soldadura* para acrescentar novas idéias ao conceito de *heartland sul-americano*. Segundo Golbery a área de soldadura seria formada pelo território boliviano, paraguaio e o estado brasileiro de Mato Grosso, e essa área seria responsável por ligar a Bacia do Prata à bacia Amazônica. A partir dela o Brasil poderia exercer a hegemonia no subcontinente (Couto e Silva, 1955, p. 127-128). Por outro lado, nos escritos de Golbery se nota uma *fobia* à invasão socialista da área de soldadura, portanto caberia ao Brasil o papel de não permitir que Bolívia e Paraguai fossem controlados por governos de esquerda.

Outro exemplo dessa vulgarização está presente na obra *Geopolítica* do General Pinochet, que ao descrever a Bolívia como *heartland* afirma que país andino:

“...por sua situação relativa na América do Sul não tem função isoladora mas, ao contrário de atração, articulação e soldadura entre os países que a rodeiam. Por sua configuração, poderia ser comparada a um gigantesco ímã que une as peças do conjunto e que se deixasse de atuar desmoronaria desarticulando-se” (Pinochet apud Boscovich, 1979, p. 158).

A vulgarização do conceito de *Tambs* moldou um mito no imaginário geopolítico sul-americano, não apenas nos meios militares mas também políticos. Essa conclusão pode ser mais bem expressada pela conclusão de Alfredo Risso Romano, consultor do antigo chanceler argentino Nicanor Costa Mendez:

“Paraguai e Bolívia são o *heartland* da América Meridional, e torna-se cada vez mais evidente que quem exercer predominância nestes estados dominará totalmente a Bacia do Prata, e a nação que exercer a liderança nessa zona-chefe estará destinada a ser indiscutivelmente, a primeira potência latino-americana” (apud Pereira, 1974, p. 72).

Cabe ainda explicitar que o contexto no qual o conceito mackidenriano foi criado – aquele do início do século XX para o continente euro-asiático – era completamente diferente do contexto sul-americano da Guerra Fria. Devido à ausência de um poder integrador político, econômico e bélico torna o triângulo estratégico boliviano em *heartland* sem “magia”. Para esse fim o conceito de Mackinder perde todo o seu sentido.

Nota-se assim que a mitificação do termo *heartland* para justificar a atuação das políticas territoriais brasileiras e argentinas se manteve durante muito tempo em voga. Uma pergunta surge ainda à tona: Seria o triângulo estratégico boliviano apenas um mito dos discursos e imaginários geopolíticos presentes apenas na literatura, ou assim como outros conceitos da geopolítica ele esteve presente nas políticas territoriais deste período a ponto de trazê-lo dos livros para a história?

4. À Régua e Compasso: quando Generais constroem um triângulo.

Nos discursos geopolíticos sul-americanos muitos se fala da Bolívia como área de integração entre Bacia do Prata e Amazônica, porém pouco se fala das dificuldades para a integração nacional boliviana. No que tange esse tópico, até 1950 grande parte ecúmeno boliviano se encontrava presente apenas no *altiplano*. Santa Cruz de La Sierra era apenas uma cidade média, para os parâmetros bolivianos, afastada dos grandes centros mineradores bolivianos e da capital La Paz.

O eixo de ocupação tinha um claro delineamento norte-sul sobre o altiplano. Estendendo-se desde a fronteira argentina por meio de Tarija, passando pelos principais centros mineradores como Potosi, Sucre e Oruro e indo até La Paz. Mais da metade do território nacional situado nos *llanos* encontrava-se parcamente povoada. Essa terras *orientais* que ocupam aproximadamente 60% do território boliviano foram durante muito tempo consideradas pelo imaginário popular como *tierras baldias*, ou seja, inúteis uma vez que não tinham tanto minério como nas terras do altiplano.

Após *débâcle* na Guerra do *Chaco* e uma considerável perda territorial, tanto as elites dominantes como a classe média se tornaram mais sensíveis a um sentimento nacionalista. Assim, a partir do final do anos 40, os governos ainda que sob pressão popular passaram a se preocupar com a ocupação e valorização do território oriental. Visando resolver o desequilíbrio territorial nacional e o monopólio da mineração sobre a economia, um plano orientado pelo economista americano Marvin Bohan foi implementado. Tratou-se de utilizar para financiamentos do setor agroexportador em Santa Cruz todo o capital arrecadado pela tributação da atividade mineradora no altiplano. Nesse sentido, Santa Cruz passaria de uma cidade média a uma área propícia à economia moderna e voltada para mercado internacional. Após a revolução de 1952, e a entrada no poder do governo popular do MNR, o plano ganharia ainda mais apoio, com a construção de infra-estrutura de transportes e serviços.

Nesse contexto, o planejamento territorial visava a criação de um eixo de ocupação em sentido leste-oeste. Ganharia peso nesta empreitada a teoria dos corredores econômicos, do qual La Paz, Cochabamba e Santa Cruz de La Sierra seriam pólos de desenvolvimento econômico. Ademais, estando cada pólo de desenvolvimento localizado em um piso ecológico (*altiplano*, *vales e llanos* respectivamente) facilitaria a integração nacional.

Essas medidas promovidas pelas políticas territoriais bolivianas não tardaram a modificar a ordenamento territorial. A abertura de uma série de estradas promoveu grande fluxo migratório e a criação de uma série de novos municípios. A população nacional presente nos *llanos* passaria 12 % a aproximadamente 30%. Além disso, Santa Cruz passaria a ser no final dos anos 1990 o principal centro econômico nacional com mais 30 % do PIB (INE, 1991).

Naturalmente, a inversão de financiamentos em Santa Cruz não foi mera obra do acaso. Além do desenvolvimento nacional, o fator geopolítico e a influência estrangeira foram preponderantes para que Santa Cruz se tornasse pólo de atração. Após a ascensão de Hugo Banzer, em 1971 na Bolívia, sob os auspícios do regime militar brasileira e americano, mais de 70% dos créditos concedidos pelo Banco Agrícola e a corporação de Desenvolvimento Regional foram destinados à Santa Cruz (Dunkerley, 1984, p. 221). O governo americano ao conceder empréstimos à Bolívia condicionou a realização dos empréstimos ao requisito de que mais da metade deles fossem implementados em Santa Cruz de La Sierra. Nesse período, os americanos já tinham se decidido pelo Brasil como aliado regional, e portanto, fazia parte do interesse americano que o Brasil mantivesse

sua influência em território boliviano por meio da atração de Santa Cruz à esfera política brasileira.

Nesse sentido outras escalas maiores, além da regional e nacional acabaram interferindo nas políticas territoriais bolivianas. Uma boa parte dos problemas da integração nacional boliviana advém da sua própria política externa pendular entre Brasil e Argentina, assegurando assim um certo equilíbrio geopolítico entre Brasil e Argentina (Kelly, 1997). Trata-se de uma forma de sobreviver incrustada entre as influências das duas potências regionais. Naturalmente, o preço de tal empreitada é pago pela falta de integração e risco de balcanização.

A disputa pela hegemonia regional em território boliviano fez com que Brasil e Argentina colocassem em prática uma boa parte dos discursos geopolíticos aconselhados pelos seus analistas. Em relação ao Brasil, não apenas a ligação viária bioceânica seria o ponto chave da sua política para o subcontinente, mas principalmente a satelitização dos prisioneiros geopolíticos (Bolívia e Paraguai).

A atuação brasileira em território boliviano seria ferrenha. O governo brasileiro construiu a ligação rodoviária conectando a Plataforma Central de Reserva brasileira à Corumbá no Mato Grosso do Sul, permitindo assim a ligação até Santa Cruz de La Sierra. Posteriormente o governo revolucionário boliviano construiu a auto-estrada ligando Santa Cruz à Cochabamba, o que dava acesso do Porto de Santos até os portos chilenos do Pacífico. Em relação à conexão ferroviária, o governo brasileiro em 1957, terminou a obra da Ferrovia Noroeste ligando Bauru a Corumbá na divisa da Bolívia. Além disso, com os recursos previstos no Tratado de Petrópolis, os governos brasileiro e boliviano decidiram investir na construção da ferrovia ligando Corumbá a Santa Cruz de La Sierra. Naturalmente, por pressão argentina e pelas dificuldades de se romper os contrafortes andinos entre Cochabamba e Santa Cruz, construiu-se um ramal ligando Santa Cruz até Yacuíba (Departamento de Tarija) e daí até o norte argentino. Assim a malha ferroviária oriental boliviana se integra, ainda hoje, à ocidental apenas em território argentino.

Ainda em relação ao país andino, a empreitada pela sua satelitização por parte do Brasil foi mais adiante. De forma a impedir a implantação dos planos sociais durante o avanço da revolução de 1952, o governo brasileiro apoiou logística e militarmente o golpe militar cruceño de 1970, liderado pelo General Hugo Banzer. Poucos dias após a tomada do poder pelo militar, Brasil e Bolívia assinaram os “Convênios de Cochabamba”, no qual o país andino se comprometia a fornecer ao “país-hermano” 240 milhões de pés cúbicos diários de gás natural, por um prazo de 20 anos, totalizando 1,7 trilhões de metros cúbicos. Em contrapartida, o Brasil se comprometia a construir o futuro gasoduto Brasil-Bolívia (GASBOL), uma usina petroquímica, uma usina siderúrgica para a jazida de Mutum⁵, e a conexão ferroviária entre Santa Cruz e Cochabamba. Por último, concedia quatro zonas francas⁶ à Bolívia (Mello, 1997, p.158-159; Schilling,1981).

A atuação argentina no país andino não deixou-se superar pela potência amazônica. Além das conexões viárias que já vinham desde o passado colonial ligando os dois países, os argentinos empreenderam uma forte política ferroviária de forma a evitar o acesso brasileiro aos portos do Pacífico. Assim, além do ramal que ligava a capital argentina à capital boliviana, o país platino ainda construiu mais um ramal ligando o norte argentino até Santa Cruz de La Sierra de forma a diminuir a influência

⁵ Trata-se de uma jazida de minério de ferro, estimada em 30 a 40 bilhões de toneladas que se encontra a 30 km da fronteira entre Brasil e Bolívia. Para os argentinos a exploração de El Mutum era um projeto imprescindível, que fracassou com os tratados entre Bolívia e Brasil.

⁶ Corumbá, Porto Velho, Belém e Santos.

brasileira em um dos vértices do triângulo estratégico boliviano. Outra influência importante foram os acordos sobre a exportação de hidrocarbonetos na monta de 1,1 trilhões de metros cúbicos, sendo 150 milhões de pés cúbicos em 20 anos, além da construção do gasoduto integrando os dois países (Mello, 1997, p. 158).

Após a descoberta de substâncias reservas de gás e petróleo em Tarija a disputa pela distribuição de petróleo e infra-estrutura de transporte sobre o território boliviano ganharam novos termos. A Argentina saiu na frente, com a construção, ainda nos anos 1990 de um gasoduto ligando Santa Cruz via Yacuiba até o norte Argentino. Posteriormente, o Brasil construiria o gasoduto Brasil-Bolivia e o ramal ligando Santa Cruz, via San Matias, até Cuiabá.

A inter-relação entre fatores das diferentes escalas (regional, nacional e sul-americana) foi conformando uma área sobremaneira articulada no território boliviano ao longo de 60 anos de confrontação e integração. A influência dos discursos geopolíticos brasileiro e argentino, principalmente no que concerne o conceito de triângulo estratégico boliviano, sobre suas políticas territoriais, acabou ao longo dessa disputa materializando em solo boliviano um triângulo. Não aquele representado por Travassos, uma vez que Sucre deixou de ser a capital política do país e tem perdido cada vez mais sua importância econômica. Ademais, a expansão econômica de Tarija, após a descoberta das importantes reservas de gás e petróleo, a colocou como um dos 4 principais centros urbanos do país. Essa área com o formato triangular é constituída por uma rede urbana de 3 cidades principais: Santa Cruz, Cochabamba e Tarija. Envoltos e bem articulados a esses centros urbanos principais há ainda centros secundários como Potosi, Oruro, Sucre e Yacuiba.

A rede e corredores interligando os três centros principais possuem densidades técnicas diferentes. Em relação ao corredor ligando Santa Cruz a Tarija, há a presença de ramais de gasoduto e oleoduto ainda nos anos 1990. Uma vantagem essencial a esse corredor é situar-se sobre as áreas onde se encontram os principais campos de gás e petróleo em território boliviano. Por outro lado, ainda durante os anos 50 foi construído um ramal rodo-ferroviário ligando Santa Cruz até Yacuiba. Nos últimos anos acrescenta-se ainda a implantação de uma rede de cabos de fibra ótica da empresa AES.

O corredor interligando Santa Cruz a Cochabamba é o de maior densidade, além de dois ramais rodoviários, possui uma rede elétrica de alta, média e baixa potência. Por outro lado, possui redes de cabos de fibra ótica de dois servidores (ENTEL e AES). Além disso, nesses dois centros econômicos encontram-se importantes refinarias, além de dois ramais tanto de oleodutos e gasodutos que seguem o traçado dos ramais rodoviários, um mais ao norte passando por El Chapare, região importante na produção de hidrocarbonetos; o outro, mais ao sul, passando pela antiga rodovia ligando as cidades do sudoeste do Departamento de Cochabamba até Santa Cruz. A grande defasagem desse corredor é justamente a falta da construção de um ramal ferroviário ligando Aiquile até Santa Cruz.

O último vértice do triângulo (Cochabamba-Tarija) é formado pela antiga rede de cidades que se consolidou ainda durante o período colonial. Se caracteriza principalmente por articular centros mineradores. Ressalta-se que possui uma ampla rede rodo-ferroviária, porém em estado precário. Ademais possui uma densa rede elétrica e possui os serviços da empresa AES no que tange a rede de cabos de fibra ótica.

No que concerne aos núcleos populacionais, nota-se que a maior parte da população boliviana encontra-se na área do triângulo, da qual pelo menos 70% dos grandes e médios municípios fazem parte (ver figura 3). Além disso, essa área detém, as principais reservas de gás e petróleo provadas na Bolívia, e quatro dos cinco principais

centros de refinamento do país. Essa grande rede triangular pode ainda ser considerada o grande motor da economia boliviana, produzindo aproximadamente 75% do PIB boliviano.

FIGURA 1 - ÁREAS DE EXPLORAÇÃO DE GÁS E PETRÓLEO NA BOLÍVIA EM 2007

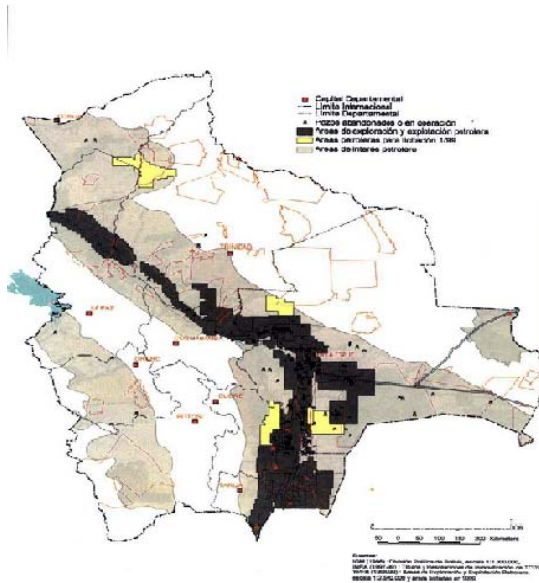


FIGURA 2 - REDE BOLIVIANA DE GASODUTOS EM 2005

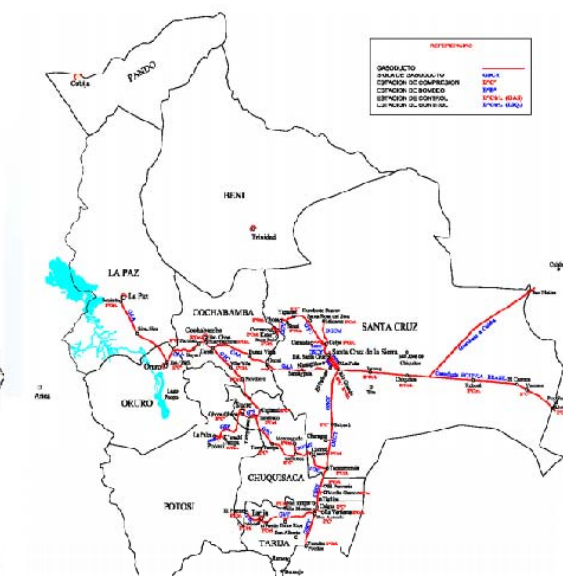


FIGURA 3 - PRINCIPAIS NÚCLEOS POPULACIONAIS NA BOLÍVIA 2008

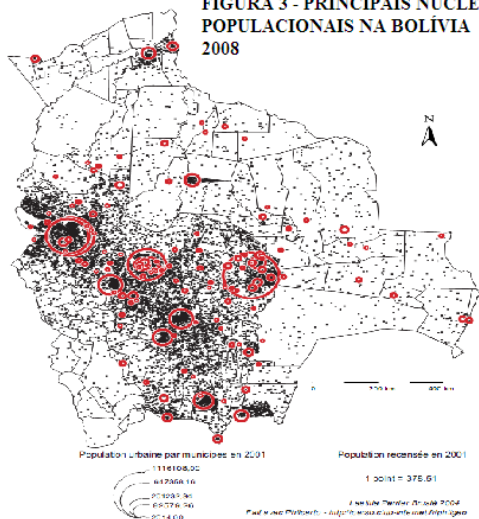
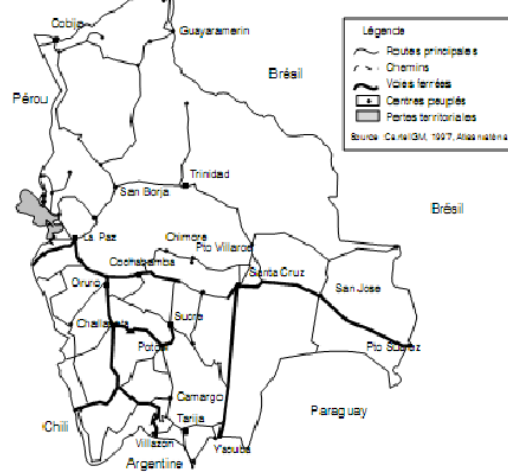


FIGURA 4 - REDE BOLÍVIA DE TRANSPORTE RODO-FERROVIÁRIO



Quando aqui se fala de triângulo devemos ressaltar que não se trata mais de uma área de confrontação política. Embora inicialmente essa área controlada por uma rede urbana triangular tenha sido fruto dos discursos geopolíticos colocados em prática durante o período de contenção, o novo período de integração a coloca com um grande centro articulador de fluxos, não apenas regionais, mas principalmente nacionais e que no contexto sul-americano passa a ter grande importância. Cabe-se indagar, no entanto, se os projetos de integração sul-americana correspondem às necessidades bolivianas. A integração sul-americana significaria desintegração interna na Bolívia? Acredita-se que caso os projetos de integração continental permitam a melhoria da infra-estrutura de transporte já existente e criação de novos ramais ligando principalmente os departamentos de Pando e Beni, eles serão de grande valia para a integração nacional boliviana.

5. Conclusão: do Triângulo Mágico Boliviano ao Hub Logístico Sul-americano.

Nota-se que até os anos 50, a área formada pelas cidades de Santa Cruz de la Sierra, Cochabamba e Sucre caracterizava-se como um espaço de confronto entre Brasil e Argentina pela supremacia no sub-continente. A partir de então, com o início da geopolítica de contenção, esse espaço foi elevado à condição de *Heartland* sul-americano por diversos teóricos. Uma boa parte desses discursos exerceu influência não apenas nas estratégias territoriais brasileira e argentina, mas também nas políticas territoriais bolivianas. Essa influência pode ser notada na “Geopolítica Aplicada”, implícita nos projetos geopolíticos dos anos 70 destinados a esta área, como a construção da ferrovia Santa Cruz – Yacuiba, a rodovia ligando Santa Cruz a Cochabamba, a construção de uma rede elétrica e de gasodutos, além de várias refinarias. Essas transformações territoriais levaram à configuração de uma área bem articulada e de substancial importância formada pelas cidades de Santa Cruz, Cochabamba e Tarija. Esse novo arranjo territorial detém aproximadamente 60% do Produto Interno Boliviano, quase metade da população boliviana e, 98 % e 99,2% das reservas provadas de gás e petróleo na Bolívia, respectivamente.

Essa nova configuração é de substancial importância para os projetos de integração nacional, que visam conectar a nova rede de cidades do norte ao restante do território boliviano. Por outro lado, essa área também é importante para os projetos de integração sul-americana pela sua localização estratégica ligando as áreas setentrionais às meridionais do continente e, principalmente, as influências do Atlântico às do Pacífico. Ademais, essa zona ainda contém importantes reservas de gás e petróleo, com uma extensa rede de gasodutos, polidutos e oleodutos já fixada sobre o território, o que a torna um ponto chave para os projetos energéticos. Apesar de se constituir em uma área estratégica para o contexto sul-americano, essa configuração territorial se apresenta em um contexto histórico e espacial completamente diverso daquele do conceito de *Heartland* proposto por Mackinder. A vulgarização deste termo no contexto sul-americano acabou produzindo um mito no imaginário geopolítico da região, influenciando a aplicação das políticas territoriais que acabaram por forjar a configuração de um “triângulo estratégico” anteriormente não tão evidente no território boliviano.

Naturalmente, a materialização de uma área bem articulada por uma rede urbana triangular não significa uma volta às concepções anteriores de *heartland* sul-americano, mas sim de uma área estratégica por onde passe substanciais fluxos nacionais quanto internacionais como propôs Gottmann (1952). Levando-se em conta os vários projetos

de corredores continentais passando pelo país andino com os mais diversos modais, acredita-se que essa área se constitua no futuro Hub Logístico Sul-americano.

Bibliografia:

- BOSCOVICH, Nicolas (1979) Geoestratégia de La Cuenca Del Plata. Buenos Aires: El Cid.
- COUTO e SILVA, Golbery do (1955) Geopolítica do Brasil. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio.
- DUNKERLEY, James (1984) Rebellion in the Veins. Political Struggle in Bolivia 1952-1982. Londres: Verso Editions.
- GOTTMANN, Jean (1952) La Politique des États et leur Géographie. Paris: Armand Colin.
- HARTSHORNE, Richard (1939) The Nature of Geography. Washington: Association of American Geographers.
- HEPPLE, Leslie (2004) South American Heartland: the Charcas, Latin American geopolitics and global strategies in: Political Geography, n. 4, December.
- INE (2001) Censo Sociodemográfico Nacional, La Paz: INE.
- INE (1992) Censo Sociodemográfico Nacional, La Paz: INE.
- KELLY, Philip (1997) Checkeredboards and Shatterbelts: the geopolitics of South America. Austin: Texa University Press.
- MACKINDER, Halford (1904) The Geographical Pivot of History. Geographical Journal, n. 23.
- MELLO, Leonel Itaussu de Almeida (1997) Geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas.
- PEREIRA, Osny Duarte (1974) Itaipu: prós e contras. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- RODRIGUES, Lysias (1947) Geopolítica do Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar.
- SCHILLING, Paulo (1981) O expansionismo brasileiros: a Geopolítica do General Golbery e a diplomacia do Itamaraty. São Paulo: Global.
- TAMBS, Lewis (1965) Fatores em America Latina in: GUMUCIO, Mariano Baptista e WEISE, Agustín Saavedra. (1978) Antologia Geopolítica en Bolívia. Cochabamba: Ed. Los Amigos del Libro.
- TRAVASSOS, Mário (1935) Projeção Continental Brasileira. São Paulo: Companhia Editora Nacional.